



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 15/2022**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (ARP) Nº. 15/2022/TRE-RO**

**PROCESSO SEI Nº. 0003031-34.2021.6.22.8000**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 14/2022 (SRP)**

A UNIÃO, através do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**, inscrito no CNPJ sob o nº 04.565.735/0001-13, com sede à Avenida Presidente Dutra, nº. 1889, Baixa União, CEP: 76.805-859, em Porto Velho/RO, por intermédio de sua Diretora Geral, senhora **LIA MARIA ARAÚJO LOPES**, (dados pessoais suprimidos em cumprimento à Lei 13.709/2018 – LGPD, e à Resolução TSE n. 23.650/2021), doravante denominado simplesmente **ÓRGÃO GERENCIADOR**, RESOLVE, nos termos da Lei 8.666/1993 e do Decreto 7.892/2013, em face das propostas apresentadas no Pregão Eletrônico supramencionado, REGISTRAR O PREÇO DOS PRODUTOS ABAIXO DISCRIMINADOS, conforme descrito no Anexo II do Edital de Pregão respectivo, da licitante **NOVIDADES COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº. 15.897.556/0001-08, com sede à Rua Rafael Vaz e Silva, 3692, Bairro Liberdade, CEP: 76.803-847, em Porto Velho/RO, Telefone(s): (69) 3224.5751, (69) 99982-6402, (69) 99289-5008, (69) 3221-3107, e E-mail(s): [novidadescomercio@yahoo.com.br](mailto:novidadescomercio@yahoo.com.br) / E-mail: [queziarodrigues\\_3@hotmail.com](mailto:queziarodrigues_3@hotmail.com), neste ato representada por **ELICLEZIA RODRIGUES DE AGUIAR**, (dados pessoais suprimidos em cumprimento à Lei 13.709/2018 – LGPD, e à Resolução TSE n. 23.650/2021), doravante denominada simplesmente **ADJUDICATÁRIA**:

1.1. Ficam registrados para os itens abaixo especificados os seguintes preços:

Item da ARP	DESCRIÇÃO	Unid.	Qtd.	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)
01	<b>Item 02 do Edital.</b> Adoçante dietético líquido, tipo Stévia 100%, a base de Edulcorantes Naturais	Unidade	240	18,11	4.346,40



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	Glicosídeos de Steviol, com bico contagotas, acondicionado em embalagem de 60 a 80ml. Prazo de validade remanescente mínimo de 18 meses (CATMAT 295546). Marca: LINEA				
02	<b>Item 04 do Edital.</b> Chá alimentício de ervas: com aspecto cor, cheiro e sabor próprios; isento de sujidades, parasitas e larvas; validade mínima de 11 meses a contar da entrega, em sache, caixa contendo no mínimo 10 saches. Sabores: erva doce, hortelã, camomila, frutas vermelhas e maçã. Sabor a ser definido pela Administração após a emissão da Nota de Empenho. (CATMAT 9750). Marca: MARATA.	Caixa	2000	3,88	7.760,00
03	<b>Item 05 do Edital.</b> Chá de folhas de erva mate tostada, em embalagem com 200/250 gramas. Prazo de validade remanescente mínimo de 12 meses. (CATMAT 233886). Marca: UHDE.	Caixa	500	6,70	3.350,00
04	<b>Item 07 do Edital.</b> Coador (filtro) de papel descartável, para café, tamanho 103, costura dupla reforçada, acondicionado em embalagem/caixa contendo 30 unidades (filtros). Prazo de validade remanescente mínimo de 24 meses. (CATMAT 380323). Marca: BRIGITTA.	Caixa	480	5,40	2.592,00
Valor total da ARP em R\$					18.048,40

1.2. No Anexo II do instrumento convocatório são apresentados os quantitativos estimados de aquisição, os quais serão adquiridos de acordo com a necessidade e conveniência do TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA, mediante a expedição de Notas de Empenho de Despesa.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

1.3. As quantidades dos materiais que vierem a serem adquiridas serão definidas nas respectivas Notas de Empenho.

1.4. O prazo de entrega dos materiais é de, no máximo, 30 (trinta) dias consecutivos, a contar da data de recebimento da Nota de Empenho.

1.5. A entrega deverá ser feita no Depósito da Seção de Almoxarifado – SEALM, sito à Av. Presidente Dutra, n. 1889, bairro Baixa União, CEP: 76.805-859, em Porto Velho/RO, sendo que o fornecedor poderá se informar com mais detalhes para efetuar a entrega pelos telefones da SEALM: (69) 3211-2268/ 2051/ 2000, no horário normal de recebimento dos materiais, que é de segunda a sexta-feira, das 8h às 12h e das 14h às 18h.

1.6. A existência de preços registrados não obriga a Administração a contratar, sendo facultada a realização de licitação específica - ou por outros meios previstos na legislação de licitações -, para a aquisição pretendida, assegurado ao detentor do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

1.7. A presente Ata de Registro de Preços tem prazo de vigência de 12 (doze) meses, a contar de sua publicação no órgão oficial da Administração, não podendo ser prorrogada.

1.8. No TRE-RO, A Gestão e Fiscalização do contrato será realizada pelo titular da Seção de Almoxarifado – SEALM, ou aos seus respectivos substitutos, em suas ausências.

1.9. Não houve adesão ao cadastro reserva desta Ata de Registro de Preços.

E, por estarem assim acordados, lavrou-se o presente instrumento, que após lido e achado conforme foi assinado pelas partes por meio do Sistema Eletrônico de Informação – SEI do TRE-RO, e pelas testemunhas abaixo.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Porto Velho-RO, 08 de junho de 2022.

<b>LIA MARIA ARAÚJO LOPES</b> Pelo TRE-RO Órgão Gerenciador	<b>ELICLEZIA RODRIGUES DE AGUIAR</b> Pela Adjudicatária Fornecedor
Fábia Maria dos Santos Silva CPF: 567.849.102-49 Testemunha	Luciano da Silva Santos Braga CPF: 812.434.482-53 Testemunha



Documento assinado eletronicamente por **ELICLEZIA RODRIGUES DE AGUIAR, Usuário Externo**, em 09/06/2022, às 11:11, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 10/06/2022, às 14:02, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **FÁBIA MARIA DOS SANTOS SILVA, Chefe de Seção**, em 10/06/2022, às 14:08, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LUCIANO DA SILVA SANTOS, Auxiliar Administrativo(a)**, em 10/06/2022, às 14:15, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0842677** e o código CRC **BB6EE27A**.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

---

0003031-34.2021.6.22.8000

PROCESSO: 0003031-34.2021.6.22.8000

INTERESSADO: COORDENADORIA DE MATERIAL E PATRIMÔNIO

ASSUNTO: : Análise final de processo licitatório – Pregão Eletrônico nº 14/2022 – Sistema de Registro de Preço/ SRP – Eventual aquisição de materiais de gêneros alimentícios e copa e cozinha.

**PARECER JURÍDICO Nº 37 / 2022 - PRES/DG/SAOFC/AJSOFC**

**I – DO RELATÓRIO**

**01.** Trata-se de processo administrativo instaurado por solicitação da Seção de Almoxarifado - SEALM, com o objetivo de eventual **aquisição de materiais de gêneros alimentícios e copa e cozinha**, por via Sistema de Registro de Preços, a fim de atender as necessidades ordinárias da Seção de Almoxarifado - SEALM deste TRE/RO, no exercício de 2022 ([0739258](#)).

**02.** Após regular tramitação, juntou-se aos autos a minuta do Edital do Pregão Eletrônico e seus Anexos ([0812283](#)), a qual logrou aprovação por esta unidade, por meio do Parecer Jurídico nº 68/2022 - PRES/DG/AJDG ([0817011](#)), convertendo-se no Edital de Pregão Eletrônico nº 14/2022 ([0817088](#)).

**03.** Os documentos comprobatórios da divulgação do instrumento convocatório foram juntados no evento [0817878](#).

**04.** Não foi apresentado pedido de esclarecimento nem houve impugnação ao Edital.

**05.** Na sequência, vieram aos autos os seguintes documentos extraídos do certame:

**a)** Relatório de propostas ([0823835](#));



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

b) Propostas e anexos das licitantes OMEGA PRODUTOS E SERVIÇOS LTDA ([0823997](#) e [0824554](#)), PARANOIA DISTRIBUIÇÃO IMORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIRELI – EPP ([0824013](#)), NOVIDADES COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA ([0824014](#), [0824015](#), [0824204](#) e [0824232](#)), NORTE DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS LTDA ([0824022](#)), FENIX BRASIL – COMPRA, VENDA, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIRELI ([0824083](#)) e ARLA ALVES DE SOUZA ([0824084](#));

c) manifestações da unidade técnica – SEALM – solicitadas pelo pregoeiro quanto aos documentos apresentados pelas licitantes durante o certame ([0824087](#), [0824497](#), [0824509](#), [0824581](#) e [0828940](#));

d) documentos de habilitação das empresas que tiveram suas propostas aceitas (NOVIDADES COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA - [0829343](#), OMEGA PRODUTOS E SERVIÇOS LTDA - [0829344](#) - e PARANOIA DISTRIBUIÇÃO IMORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIRELI – EPP - [0829345](#)).

**06.** Na continuidade o Pregoeiro trouxe aos autos a Ata do certame ([0829346](#)), o Resultado por Fornecedor ([0829347](#)), o Termo de Adjudicação ([0829348](#)) e o Resultado de Licitação publicado ([0830182](#)).

**07.** Por fim, em seu Relatório nº 31/2022 – PRES/DG/SAODC/COMAP/SLC ([0829449](#)), o pregoeiro relata as principais ocorrências da competição.

**08.** Assim, vieram os autos para análise desta Assessoria Jurídica ([0829460](#)). **É o breve e necessário relato.**

## **II – DA ANÁLISE DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14/2022**

**09.** Desencadeada a fase externa da competição, nota-se a observância do art. 4º, inc. V, da Lei nº 10.520/2002 c/c art. 25 do Decreto Federal nº 10.024/19, dando-se a devida divulgação do aviso de licitação,



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

com observância do prazo mínimo de 08 (oito) dias úteis da publicação para o recebimento das propostas, em atendimento ao disposto no citado Decreto ([0817878](#)).

**10.** Na publicação do aviso consta a definição do objeto e a indicação do local, dias e horários em que poderá ser obtida a íntegra do Edital e o endereço eletrônico onde ocorrerá a sessão pública, com a data e hora de sua realização, em observância ao art. 4º, inc. II, da Lei nº 10.520/2002.

**11.** Destarte, passa-se à análise do procedimento propriamente dito, tomando-se os elementos constantes dos autos e as ocorrências contidas no relatório do Pregoeiro:

**a) Pedido de esclarecimentos e impugnação ao Edital:**

Não houve;

**b) Desclassificação da proposta de forma sumária – item 6.2 do edital:** Não houve;

**c) Lances:** Os lances estão registrados em demonstrativos do sistema COMPRASNET ([0823835](#)) e na ata do certame ([0829346](#)). Não houve recusa de lances;

**d) Fase de negociação/aceitação:** Todas as ocorrências foram registradas subitem 5.3 do Relatório nº 31/2022 – PRES/DG/SAOFC/COMAP/SLC ([0829449](#)). Desse modo, as justificativas demonstram que o pregoeiro, acertadamente, aplicou de forma objetiva os critérios de aceitação de propostas estabelecidas no instrumento convocatório;

**e) Cancelados na aceitação:** Sim. Os itens 1 e 6 restaram fracassados;

**f) Item deserto:** Não houve;

**g) Fase de Habilitação:** Analisados os documentos habilitatórios, o Pregoeiro declarou habilitados os licitantes NOVIDADES COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA, CNPJ nº 15.897.556/0001-08, para os itens 2, 4, 5 e 7 ([0829343](#)), OMEGA PRODUTOS E SERVIÇOS EIRELI, CNPJ nº 31.357.105/0001-72, para os itens 8, 9, 10, 11 e 12 ([0829344](#)) e PARANOIA DISTRIBUIÇÃO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIRELI, CNPJ nº 28.128.565/0001-78, para o item 3 ([0829345](#)).

**h) Recursos:** Não houve intenção de recurso.





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**12.** Observa-se que os prazos recursais se encontram vencidos pela preclusão temporal, em face do disposto no inciso XX do art. 4º da Lei nº 10.520/02, já que houve oportunidade e exercício de manifestação recursal contra os atos do Pregoeiro, **hipótese em que a lei autoriza a adjudicação do objeto licitado às empresas vencedoras.**

**13.** É importante registrar que, mesmo restando fracassados alguns itens na licitação, o procedimento licitatório foi marcado pela isonomia e probidade, tendo como norte a obtenção de preço mais vantajoso, bem como **transcorreu de forma regular**, estando os principais atos e ocorrências devidamente registrados na Ata da Sessão Pública ([0829346](#)).

**14.** Destarte, evidencia-se que restaram atendidas as diretrizes da legislação correlata ao pregão e da Lei nº 8.666/93, não sendo observada qualquer irregularidade capaz de obstar a validade do procedimento licitatório, o que o torna legítimo e apto a produzir os efeitos legais necessários à formalização da contratação.

**15.** Pois bem, os itens 1 e 6 restaram fracassados, pois os licitantes apresentaram propostas com valores acima do estimado. Desta forma, para resolução do fracasso da licitação tem-se as seguintes opções: repetição do certame licitatório ou contratação direta por dispensa de licitação.

**16. Caso não haja prejuízo, em razão da demora de outro procedimento licitatório, a Administração poderá pleitear a repetição do certame.** Nesse caso específico a SEALM deverá se manifestar acerca da repetição do certame. Considerando as justificativas apresentadas pela unidade técnica solicitante da aquisição, **poderá** afigurar-se inviável a repetição do certame sem o risco de prejuízos. Dessa forma, será analisada a possibilidade de contratação direta prevista no **inciso V do artigo 24 da Lei nº 8.666/93.**

**17.** De outra parte, se a Administração concluir que a repetição do certame não é vantajosa e que pode ocasionar nova frustração, postergando ainda mais o início da prestação das aquisições, além de importar em antieconomicidade, **poderá opinar pela contratação direta de seu objeto com fundamento no art. 24, V, da Lei nº 8.666/93**, que trata de licitações desertas.

**18.** Sobre o tema, é importante observar o que preceitua o **referido dispositivo legal**, que estabelece ser **dispensável a licitação** quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta,





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração Pública, **mantidas**, nesse caso, todas as **condições preestabelecidas**.

**19.** O entendimento de que os casos de ausência de licitantes interessados a que alude o art. 24, V, da Lei nº 8.666/93 abarca tanto as situações de licitações com itens desertos quanto às licitações com itens **fracassados** ancora-se no escólio de Jorge Ulisses Jacoby Fernandes, o qual afirma que “**não se pode acolher como interessado àquele que comparece sem ter condições jurídicas para contratar**” ou, ainda, aquele que “formula proposta que **não atende aos requisitos do ato convocatório**, ou **vem a ter desclassificada sua proposta**, na forma do art. 48 da Lei nº 8.666/93” (sem grifo no original).

**20.** A respeito da admissibilidade de aplicação da dispensa citada, veja-se abaixo o posicionamento da Corte de Contas Nacional com relação a este tema:

Observa a Unidade Técnica que, de fato, o autor citado entende como desinteresse pela licitação os casos de não acudirem licitantes, ou todos serem desqualificados ou nenhuma proposta classificada como se lê na sua obra *Direito Administrativo Brasileiro*, Malheiros, 26ª ed., p.264. No entanto, observa que a doutrina diferencia licitação deserta de fracassada, no dizer de Zanella Di Pietro, em *Direito Administrativo*, Atlas, 14ª ed., p. 313 e em face da divergência doutrinária procurar arrimo na jurisprudência prevalecente desta Corte de Contas onde se busca o fundamento jurídico último, a ratio juris do inciso V do art. 24 da Lei nº 8.666/1993, que é obstar a ocorrência de algum prejuízo à Administração por conta da injustificada repetição de um procedimento licitatório, autorizando-se a contratação direta quando a licitação anteriormente realizada, por razões alheias à ação do Poder Público, não logra êxito. Mesmo assim, defende que essa alegada possibilidade de ocorrência de prejuízo à Administração por conta da repetição do certame, assim como a presumível eliminação daquele prejuízo com a imediata contratação direta, ou mesmo por que não se iniciou o procedimento licitatório anteriormente, deverá estar convincentemente demonstrada por parte do órgão desejoso de contratar, visto ser isso o que inequivocamente deflui do preceito legal em comento ao aludir à licitação que, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração. **Acórdão 551/2002 Segunda Câmara (Relatório do Ministro Relator).**

**21.** Nesse contexto, essa dispensa estaria, ainda, respaldada nos princípios do interesse público, da economicidade e da eficiência, pois se a Administração efetivar todas as tentativas para obter sucesso em sua licitação e, mesmo assim, esta não seja concretizada, o serviço público não pode ser prejudicado, sendo possível a aplicação da dispensa.

**22.** Ainda, conforme o magistério do doutrinador citado, a aplicação de dispensa de licitação capitulada no art. 24, V, da Lei nº 8.666/93, requer o atendimento de 05 (cinco) requisitos serem observados pela administração, se persistir interesse na aquisição/contratação:



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- a) ocorrência de licitação anterior;
- b) ausência de interessados;
- c) risco de prejuízo caracterizado ou demasiadamente aumentado pela demora decorrente de processo licitatório;
- d) evitabilidade do prejuízo mediante contratação direta; e
- e) manutenção das condições ofertadas no ato convocatório anterior.

**23.** Reforça-se que todos os requisitos deverão ser devidamente preenchidos e estar criteriosamente informados nos autos, de modo que se possa fundamentar a contratação direta.

**24.** Nesse sentido, escorado no entendimento ampliativo da Corte de Contas, **se assim entender a Administração**, há possibilidade jurídica de enquadrar a contratação pretendida sob o pálio do **art. 24, V, da Lei nº 8.666/93**, ressaltando que a **Administração deverá validar a existência de eventual prejuízo na espera de novo certame**. De toda forma, optando pela contratação direta, deverão ser observadas todas as condições estabelecidas no certame preambular, notadamente o preço estimado para a contratação. **A este respeito, Decisão TCU nº 103/1998 – Plenário e Acórdão TCU nº 2219/2010-Plenário.**

### **III – DA CONCLUSÃO**

**25.** Ante o exposto, e por tudo o que dos autos consta, esta Assessoria Jurídica opina pela **homologação do certame**, nos exatos contornos do Termo de Adjudicação (**0829348**), com fundamento no art. 4º, XXII, da Lei nº 10.520/02, nos moldes já especificados.

**26.** Reafirmar-se a possibilidade de a Administração, caso entenda necessário, optar pela contratação direta dos itens fracassados com base no **art. 24, V, da Lei nº 8.666/93**, ou realizar o cadastramento dos itens específicos no Sistema COMPRASNET para recebimento de aviso de IRP de outros órgãos.

**27.** Por derradeiro, a Administração deverá **justificar** a necessidade da contratação imediata ou se a repetição do certame poderá



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

acarretar eventual prejuízo ao andamento dos serviços. Ademais, recomenda-se que o Administrador investigue as causas pelas quais a disputa não logrou êxito com objetivo de apurar, por exemplo, falhas na elaboração do edital ou nas especificações do objeto.

Submete-se à consideração da autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **TAHIS SILVANA**

**IOCCA, Assessor Jurídico**, em 25/05/2022, às 13:36, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0833681** e o código CRC **95968D5D**.

0003031-34.2021.6.22.8000

PROCESSO: 0003031-34.2021.6.22.8000

INTERESSADO: COORDENADORIA DE MATERIAL E PATRIMÔNIO

ASSUNTO: Homologação do Pregão Eletrônico n. 14/2022 - Sistema de Registro de Preços – Aquisição de material de consumo – gêneros alimentícios e copa/cozinha.

**DESPACHO Nº 644 / 2022 - PRES/DG/GABDG**

Trata-se de processo administrativo instaurado por solicitação da Seção de Almoxarifado - SEALM, com o objetivo de eventual aquisição de materiais de gêneros alimentícios e de copa e cozinha, por via Sistema de Registro de Preços, conforme as especificações e quantidades descritas no item 2 do Termo de Referência n. 4/2022 ([0807033](#)), a fim de atender as necessidades ordinárias deste Tribunal ([0739258](#)).



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Após a publicação do edital do certame, não houve pedido de esclarecimento, nem impugnação ao edital.

Para instrução do processo, o pregoeiro trouxe os seguintes documentos: Relatório de propostas ([0823835](#)); Propostas e anexos das licitantes OMEGA PRODUTOS E SERVIÇOS LTDA ([0823997](#) e [0824554](#)), PARANOIA DISTRIBUIÇÃO IMORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIRELI – EPP ([0824013](#)), NOVIDADES COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA ([0824014](#), [0824015](#), [0824204](#) e [0824232](#)), NORTE DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS LTDA ([0824022](#)), FENIX BRASIL – COMPRA, VENDA, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIRELI ([0824083](#)) e ARLA ALVES DE SOUZA ([0824084](#)); manifestações da unidade técnica – SEALM – solicitadas pelo pregoeiro quanto aos documentos apresentados pelas licitantes durante o certame ([0824087](#), [0824497](#), [0824509](#), [0824581](#) e [0828940](#)); documentos de habilitação das empresas que tiveram suas propostas aceitas (NOVIDADES COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA - [0829343](#), OMEGA PRODUTOS E SERVIÇOS LTDA - [0829344](#) - e PARANOIA DISTRIBUIÇÃO IMORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIRELI – EPP - [0829345](#)); Ata do certame ([0829346](#)), o Resultado por Fornecedor ([0829347](#)), o Termo de Adjudicação ([0829348](#)) e o Resultado de Licitação publicado ([0830182](#)). Por fim, juntou o Relatório nº 31/2022 – PRES/DG/SAODC/COMAP/SLC ([0829449](#)), expondo as principais ocorrências do certame.

Cumpridas as fases de julgamento e de habilitação, o Pregoeiro declarou vencedoras do certame as licitantes: NOVIDADES COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA, CNPJ 15.897.556/0001-08, itens 2, 4, 5 e 7, valor total R\$ 18.048,40; OMEGA PRODUTOS E SERVIÇOS EIRELI, CNPJ 31.357.105/0001-72, itens 8, 9, 10, 11 e 12, valor total R\$ 28.281,35; e PARANOIA DISTRIBUIÇÃO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIRELI, CNPJ 28.128.565/0001-78, item 3, valor total R\$ 49.500,00. Os itens 1 e 6 restaram fracassados.

Não havendo registro de intenção de recurso, o Pregoeiro adjudicou o objeto às vencedoras.

Analisando o procedimento licitatório, a Assessoria Jurídica da SAOFC opinou, em síntese, pela homologação do certame, nos exatos contornos do Termo de Adjudicação ([0829348](#)), com fundamento no art. 4º, XXII, da Lei nº 10.520/02 e pela possibilidade de a Administração, caso entenda necessário, optar pela contratação direta dos itens fracassados com base no art. 24, V, da Lei nº 8.666/93, ou realizar o cadastramento dos itens



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

específicos no Sistema COMPRASNET para recebimento de aviso de IRP de outros órgãos, conforme o Parecer Jurídico nº 37/2022 ([0833681](#)).

Vieram os autos a esta Diretoria-Geral, para análise final do processo licitatório, com vistas à homologação do Pregão Eletrônico nº 14/2022 ([0817088](#)).

Depois de analisar os documentos que compõem os autos e os fundamentos contidos na conclusão do parecer supracitado, constata-se que foram obedecidos os procedimentos das Leis n. 8.666/93 e n. 10.520/2002 e do Decreto n. 10.024/2019, não sendo observada qualquer irregularidade capaz de obstar a validade do procedimento licitatório.

Verifica-se que, embora tenham restados fracassados os itens 1 e 6, o procedimento transcorreu de forma regular, estando os principais atos e ocorrências devidamente registrados na Ata do Pregão Eletrônico ([0829346](#)).

Nesses termos, pela competência delegada pelo inciso V do art. 1º da Portaria GP n. 66/2018, **HOMOLOGO O PREGÃO ELETRÔNICO TRE-RO nº 14/2022**, com fundamento no art. 4º, XXII, da Lei nº 10.520/02, consoante Termo de Adjudicação ([0829348](#)).

Efetuada a homologação do Pregão no Sistema Comprasnet, à SLC para juntar o extrato de homologação nos presentes autos.

À **SEALM** para se manifestar acerca da contratação direta dos itens fracassados 1 e 6, com base no art. 24, inciso V, da Lei nº 8.666/93, demonstrando a existência de eventual prejuízo na espera de novo certame ou realizar o cadastramento dos referidos itens no Sistema COMPRASNET para recebimento de aviso de IRP de outros órgãos, conforme recomendação contida nos itens 26 e 27 do Parecer Jurídico nº 37/2022 ([0833681](#)).

A demandante deverá investigar as causas pelas quais a disputa não logrou êxito, com objetivo de apurar, por exemplo, falhas na elaboração do edital ou nas especificações do objeto.

Por fim, devolvam-se os autos à **SAOFC** para continuidade dos procedimentos necessários à contratação.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO**

**LOPES, Diretora Geral**, em 30/05/2022, às 13:27, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0835889** e o código CRC **7191F11B**.

---

0003031-34.2021.6.22.8000